



# A engenharia que fala em português

**Obstáculos ao reconhecimento das competências profissionais travam a circulação dos engenheiros**

Em Macau há mais de 30 casinos e estão em construção mais sete. É a esmagadora fonte de receitas do território, que já são quatro vezes superiores às de Las Vegas. Esta atividade exige uma enorme fiabilidade em matéria de fornecimento de energia elétrica. Qualquer falha provocaria tumultos nos casinos. Por isso, a Companhia de Eletricidade de Macau (CEM), onde a EDP detém uma participação de 21%, é um dos campeões mundiais em matéria de fiabilidade — 99,9998%, que corresponde a 1 ou 2 minutos de interrupção média no fornecimento de energia. Mas como é óbvio esta fiabilidade exige fortes investimentos e equipas alargadas de especialistas, prontas a intervir

ao mais pequeno risco de falha. Por outras palavras, se a economia de Macau não vivesse quase exclusivamente com base no jogo, a CEM não precisaria de investir tanto (€25 milhões em média anual entre 1988 e 1997). Por outro lado, as receitas do jogo dão ao Governo de Macau não só a possibilidade de devolver aos cidadãos residentes os impostos que pagaram, como ainda por cima de lhes reenviar um cheque de €900, como aconteceu no ano passado. Mas a contrapartida é a enorme pressão sobre as infraestruturas rodoviárias, o trânsito constante e a necessidade de fazer novos aterros para conquistar território ao mar. Ao mesmo tempo, a procura de habitação está a fazer

explodir os preços e a levar com que os intermediários tenham interesse em fazer rodar o mais possível os locatários, para assim receberem a respetiva comissão. A situação já pesa de tal maneira nos bolsos dos que precisam de casa que se começa a verificar um movimento no sentido de encontrar a resposta na zona económica especial de Zhuhai, do outro lado da fronteira (que continua a funcionar); ou, em alternativa, nos 2000 portugueses que vivem em Macau, a equacionar a hipótese de abandonar definitivamente o território.

E isto conduz diretamente à questão do desenvolvimento sustentado, um dos temas debatidos pelo 2º Congresso de Engenheiros de Língua Portuguesa,

que decorreu naquele território de 27 a 28 de novembro. Sendo um fórum onde também se apresentam as oportunidades de negócios que existem nessa comunidade de países e onde se estabelecem redes de contactos que podem vir a ser importantes no futuro, o certo é que também se debatem problemas de ordem técnico-normativa, com particular relevo para o reconhecimento das competências profissionais, onde visivelmente existe um mal-estar com o Brasil, que resiste a atribuir esse reconhecimento aos engenheiros portugueses, impedindo que trabalhem naquele mercado, embora o défice anual destes profissionais no grande país da América Latina seja da ordem

## NÚMEROS

99,9%

é a fiabilidade no fornecimento de energia por parte da Companhia de Eletricidade de Macau

€25

milhões em média por ano foi quando a Companhia de Eletricidade de Macau investiu entre 1988 e 1997

dos 20.000. Verdade se diga que países como Moçambique e Cabo Verde deixam a mesma crítica a Portugal. A solução poderia passar por um mecanismo semelhante ao que acordaram 18 países europeus no âmbito da FEANI-Federação Europeia das Associações Nacionais de Engenharia, a que preside José Vieira, atual vice-presidente da Ordem dos Engenheiros. O acordo faz com que um engenheiro reconhecido pela respetiva Ordem de um desses países possa trabalhar sem qualquer restrição noutro. Mas como é óbvio, a posição do Brasil é determinante.

NICOLAU SANTOS

nsantos@expresso.imprensa.pt

O jornalista viajou a convite da Ordem dos Engenheiros de Portugal